

Artigo Original

Conflito armado, paz e terapia ocupacional na Colômbia: caminhos e desafios¹

Armed conflict, peace, and occupational therapy in Colombia: paths and challenges

Conflicto armado, paz y terapia ocupacional en Colombia: recorridos y desafíos

Clara Duarte Cuervo^a 

^aUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Como citar: Duarte-Cuervo, C. (2023). Conflito armado, paz e terapia ocupacional na Colômbia: caminhos e desafios. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 31(spe), e3514. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO273435141>

Resumo

Colômbia vive um conflito armado de longa duração, com mais de nove milhões de vítimas registradas e profundos danos na vida das pessoas, comunidades e na sociedade. Este estudo abrange três tópicos: primeiro, uma breve contextualização do conflito armado colombiano e alguns de seus impactos. Na segunda parte, a partir de fontes documentais, tenta-se traçar as rotas das aproximações da terapia ocupacional colombiana ao conflito armado e identificam-se três momentos: prudente indiferença, despertar lento e reconhecimento da responsabilidade ético-política. Por fim, apresentam-se alguns desafios sobre a contribuição profissional para a construção da paz na Colômbia, entre eles, a expansão e fortalecimento da profissão para chegar até os territórios mais afetados pelo conflito, o aprimoramento da formação de terapeutas ocupacionais e da prática para responder à complexidade da situação do país e a reflexão sobre os objetivos e as implicações éticas da ação profissional com vítimas, ex-combatentes ou comunidades afetadas pelo conflito.

Palavras-chave: Conflitos Armados, Prática Profissional, Violações dos Direitos Humanos, Terapia Ocupacional Social.

Abstract

Colombia experiences a long-running armed conflict, with more than nine million registered victims and profound damage to people, communities, and society. The article covers three topics. First, a brief contextualization of the Colombian armed

¹ Texto derivado da conferência apresentada no dia 11 de novembro de 2022 no V Simpósio Internacional de Terapia Ocupacional Social, UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Recebido em Jan. 25, 2023; 1ª Revisão em Jan. 31, 2023; Aceito em Abr. 25, 2023.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

conflict and some of its impacts. Secondly, based on documentary sources, it attempts to trace how Colombian occupational therapy has approached the armed conflict. It identifies three stages: prudent indifference, slow awakening, and recognition of ethical-political responsibility. Finally, it presents some challenges for the professional contribution to peacebuilding in Colombia, such as expanding and strengthening the profession to reach the territories most affected by the conflict, improving occupational therapists' training and practice to respond to the complexity of the country's situation, and reflecting on the objectives and ethical implications of professional actions for the victims, ex-combatants or communities affected by the conflict.

Keywords: Armed Conflicts, Professional Practice, Human Rights Abuses, Social Occupational Therapy.

Resumen

Colombia vive un conflicto armado de larga duración, con más de nueve millones de víctimas registradas y daños profundos en la vida de personas, comunidades y en la sociedad misma. El artículo abarca tres temas: primero, una breve contextualización sobre el conflicto armado colombiano y algunos de sus impactos. En la segunda parte, a partir de fuentes documentales, se intentan trazar los recorridos de la aproximación de la terapia ocupacional colombiana al conflicto armado. Se identifican tres momentos: prudente indiferencia, despertar lento y reconocimiento de la responsabilidad ético-política. Finalmente, se presentan algunos desafíos para contribuir como profesión a la construcción de paz en Colombia, entre ellos, la expansión y el fortalecimiento de la profesión para llegar a los territorios más afectados por el conflicto; el mejoramiento de la formación y de la práctica para responder a la complejidad de la situación del país, y la reflexión sobre los objetivos y las implicaciones éticas de las acciones profesionales con víctimas, excombatientes o comunidades afectadas por el conflicto.

Palabras-clave: Conflictos Armados, Práctica Profesional, Violaciones a los Derechos Humanos, Terapia Ocupacional Social.

Introdução

Este texto apresenta os processos e reflexões de terapeutas ocupacionais colombianas em torno do conflito armado e da construção da paz no país contemplando três tópicos: o primeiro traz uma breve contextualização do conflito armado colombiano; a segunda parte descreve alguns dos percursos da aproximação profissional ao conflito armado; por último, compartilha-se algumas ideias que, do ponto de vista da autora, merecem ser consideradas na contribuição profissional para a construção da paz na Colômbia.

Uma Contextualização Necessária

A Comissão para o Esclarecimento da Verdade, uma das instituições criadas pelo acordo de paz entre o governo da Colômbia e a guerrilha das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC-EP), propõe a contextualização histórica que podemos observar na Figura 1.



Figura 1. Proposta de periodização para o conflito armado colombiano.

Fonte: Comisión de la Verdad (2022i).

Embora essa periodização não esteja livre de polêmicas, apresenta algumas chaves úteis para a compreensão de um processo complexo. Uma delas é a sua longa duração, de pelo menos 60 anos. Ainda assim, pode-se dizer que a história republicana da Colômbia é permeada de sucessivas guerras civis que têm relação com a distribuição da terra, as relações de poder entre as elites e as classes sociais menos favorecidas, a violência como forma de resolver disputas políticas ou ideológicas, o desenvolvimento de estratégias de controle social das populações, entre outros elementos (Fajardo, 2015; González, 2016; Sánchez, 2001).

Alguns marcos importantes nesse percurso são, inicialmente, a fundação das guerrilhas colombianas na década de 1960: as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC-EP) em 1965, o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) em 1962, o *Ejército Popular de Liberación* (EPL) em 1967 e o Movimiento 19 de abril (M-19) em 1970 (Grupo de Memoria Histórica, 2013).

Depois, nos anos 1980, a criação de grupos paramilitares como resposta de civis para combater as guerrilhas. Esses grupos armados ilegais nasceram sob uma ideologia anticomunista e, em algumas ocasiões, foram aliados das forças militares do Estado (Grupo de Memoria Histórica, 2013).

Em 1990, mais um marco é o acordo de paz entre o Estado e o M-19, que além da desmobilização dessa guerrilha, levou à reforma da Constituição colombiana em 1991 (Comisión de la Verdad, 2022e).

Entre 2003 e 2006 aconteceu a desmobilização de mais de 30 mil paramilitares das *Autodefensas Unidas de Colombia* (AUC) e em 2012 deu-se abertura às conversações entre o governo e as FARC-EP, que levariam à assinatura do acordo de paz com essa guerrilha em novembro de 2016 (Comisión de la Verdad, 2022e).

Por fim, atualmente, o governo do presidente Gustavo Petro avança na proposta de Paz Total, tentando levar adiante as conversações com o ELN, interrompidas em 2018, e com outros grupos armados ilegais.

Além desses fatos, destaca-se os períodos mais recentes, especialmente aquele do recrudescimento da guerra, apenas vinte anos atrás, que tem uma forte influência na situação social da Colômbia hoje. A propósito, a Comissão da Verdade (Comisión de la Verdad, 2022d) refere que no período de 1996 a 2008 produziram-se 75% das vítimas do conflito, sendo a maioria delas civis². Na atualidade, segundo cifras oficiais, a Colômbia tem 9.379.858 vítimas (Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas, 2022); isso equivale a quase 20% da população do país. Porém, é importante esclarecer que, antes dos anos 1990, o país não fazia um registro sistemático das vítimas (Comisión de la Verdad, 2022d, 2022f).

² Segundo a Comissão da Verdade (Comisión de la Verdad, 2022c), cerca de 90% das vítimas do conflito armado colombiano são civis.

Os registros oficiais distinguem 15 fatos de violação de direitos³. Como exemplo, este texto concentra-se em dois: o deslocamento forçado e o recrutamento forçado.

A Colômbia tem hoje mais de 8 milhões e 300 mil vítimas de deslocamento forçado. Segundo o informe final da Comissão:

O deslocamento forçado, de fato, é a forma de violência que tem impactado o maior número de vítimas na história do conflito armado. Em janeiro de 2022, o RUV [Cadastro Único de Vítimas] reportou 8,510,295 pessoas deslocadas à força de seus lares. Esse número equivale a quase a população da Suíça, um pouco mais da população do Paraguai e quase o dobro da população do Panamá. Esse número significa que aproximadamente uma a cada seis pessoas tiveram que abandonar seu lar em razão da violência na Colômbia (Comisión de la Verdad, 2022g, p. 111, tradução própria).

Como observado na Figura 2, a maioria dos deslocamentos forçados ocorreram no final da década de 1990 e alcançaram seu pico entre 2001 e 2003.

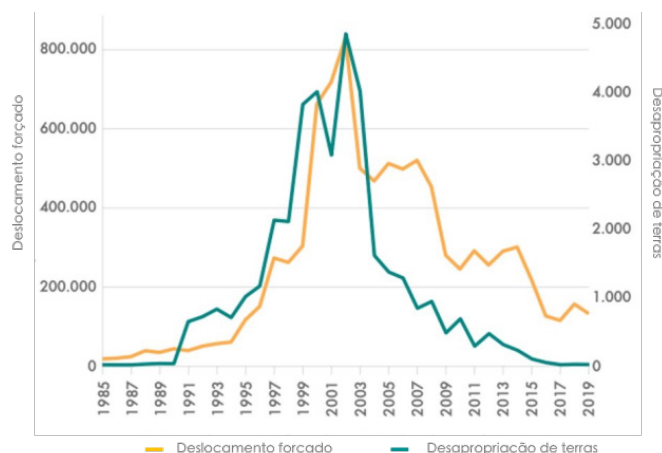


Figura 2. Vítimas de deslocamento forçado e desapropriação de terras na Colômbia (1985 – 2019).

Fonte: Comisión de la Verdad (2022f, p. 457).

A maioria das vítimas de deslocamento forçado são pessoas empobrecidas, mulheres, camponesas, pretas ou indígenas. Para elas, sair de seu território significa perder sua comunidade, cultura, costumes e modos de vida e subsistência. A maioria delas chegaram ou ainda chegam às cidades, onde os modos de vida são outros, às vezes, hostis. Muitas pessoas sofreram vários deslocamentos forçados, ao ponto de elas não conseguirem se estabelecer em nenhum lugar e terem fugido da guerra ou de atores armados durante a maior parte de suas vidas (Comisión de la Verdad, 2022a; 2022f; 2022h). Assim, além das respostas institucionais, muitas vezes insuficientes ou inadequadas, as vítimas de

³ Confinamento; danos pessoais e psicológicos; lesões corporais; perda de bens móveis e imóveis; abandono forçado ou desapropriação de terras; vinculação de crianças e adolescentes a atividades relacionadas a grupos armados; tortura; sequestro; minas antipessoal, artilharia não detonada e dispositivo explosivo improvisado; homicídio; deslocamento forçado; desaparecimento forçado; crimes contra a liberdade e a integridade sexual durante o conflito armado; ameaça; ato terrorista / ataques / combate / confrontos / assédio (Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas, 2022).

deslocamento forçado frequentemente carecem de redes sociais de suporte ou enfrentam muitas dificuldades em construí-las. Em resumo, “tentou-se ganhar a guerra controlando-se o tecido social” (Comisión de la Verdad, 2022d, p. 123, tradução própria).

Outro exemplo de violação é o recrutamento forçado, especialmente os processos nos quais crianças, desde os 9 ou 10 anos, foram retiradas de suas famílias para fazer parte das guerrilhas ou dos grupos paramilitares, mas também de crianças e jovens que, ainda depois de chegarem a instituições do Estado – porque conseguiram fugir do grupo que os recrutou ou porque foram resgatados pelo Estado em operações militares – foram usados como informantes das forças militares ou mesmo entregues aos grupos paramilitares (Comisión de la Verdad, 2022h).

Embora essa última prática por parte do Estado foi tornando-se ilegal desde o final dos anos 1990⁴, observa-se como as instituições e as forças do Estado se tornaram espaços de re-vitimização. De fato, relatórios do sistema das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos na Colômbia dão conta da persistência e sistematicidade da utilização de crianças como informantes das forças militares ainda nos últimos vinte anos (Comisión de la Verdad, 2022h).

A Figura 3 mostra o número de vítimas de diferentes violações entre 1985 e 2018. O recrutamento forçado está representado na cor cinza e é aquele que atinge os valores mais altos. Assim como o deslocamento forçado, o recrutamento forçado alcançou seu ponto máximo no início dos anos 2000.

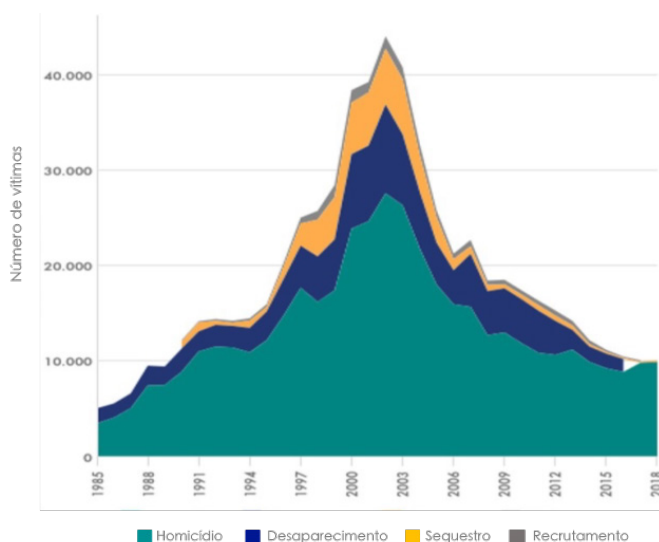


Figura 3. Vítimas de homicídio, desaparecimento forçado, sequestro e recrutamento forçado na Colômbia (1985 – 2019). **Fonte:** Comisión de la Verdad (2022f, p. 985).

Além disso, com frequência, as famílias das crianças recrutadas ou com risco de serem recrutadas tiveram que fugir dos seus territórios para impedir que grupos ilegais as pegassem ou porque a criança fugia e voltava para casa, resultando na perseguição de toda a família. Assim, muitas vezes, as duas situações convergiam (Comisión de la Verdad, 2022g, 2022h).

⁴ Na Colômbia, a Lei 418/1997 já previa a proibição do recrutamento de menores de 18 anos e gerava disposições para proteção e atenção a crianças vítimas do conflito. Posteriormente, o Código de Infância e Adolescência (Lei 1098/2006) estabeleceu o dever do Estado na proteção de menores no conflito (Congreso de la República de Colombia, 1997, 2006).

Em alguns casos, essas crianças foram seduzidas ou enganadas para ingressar nos grupos ilegais; outras foram removidas à força de suas casas ou entregues pelas famílias à guerrilha ou aos paramilitares. A maioria delas moravam em zonas rurais, fazia parte de famílias empobrecidas e ainda sem muitas opções na vida (Comisión de la Verdad, 2022g, 2022h). É uma história comum que, numa mesma família, um dos filhos esteve na guerrilha e outro num grupo paramilitar ou no exército.

O recrutamento forçado proporcionou, e ainda proporciona, aos grupos ilegais mão de obra barata para tarefas de casa, como auxiliar na cozinha ou limpeza, levar mensagens ou raspar folhas de coca. Às vezes, as crianças são treinadas e obrigadas a matar, a recrutar outros meninos ou jovens, a cuidar de pessoas sequestradas etc. (Comisión de la Verdad, 2022h).

Assim, aqueles que permaneceram nos grupos ilegais e conseguiram sobreviver no início do século XXI, por exemplo, hoje são jovens adultos cujas vidas estão marcadas pela sua história nos grupos ilegais. Sua cultura, comunidade e estatutos de convivência são aqueles do grupo ilegal.

Essas são, então, situações que têm impactos psicossociais⁵ não apenas na vida dessas pessoas, mas também de sujeitos, famílias, comunidades e ainda populações que ficam excluídas de seus ambientes microssociais cotidianos, dos lugares que geralmente a sociedade espera que ocupem (por exemplo, a escola), que enfrentam dificuldades para sua integração social nos territórios ou nas comunidades de chegada, que requerem respostas sociais coerentes.

Percursos da Aproximação da Terapia Ocupacional ao Conflito Armado

Três momentos são identificados nos percursos das terapeutas ocupacionais colombianas em face à realidade de um país em conflito. Cabe esclarecer que essa é apenas uma proposta que parte da exploração de algumas fontes e que precisa ainda de aprofundamento.

O primeiro momento é chamado *prudente indiferença*. A abertura da graduação em terapia ocupacional na Colômbia ocorreu na segunda metade dos anos 1960, na mesma década da criação das guerrilhas. Na justificativa da constituição dos programas de reabilitação na *Universidad Nacional de Colombia*, onde o primeiro programa de terapia ocupacional no país foi criado, já se falava da ampla demanda de serviços decorrente da situação de violência (Rodríguez et al., 2016a). Ainda assim, nos programas dos primeiros congressos nacionais de terapia ocupacional e nos artigos dos primeiros anos da Revista *Acción / Ocupación Humana*⁶, não é possível identificar referências a experiências de terapeutas ocupacionais com vítimas e atores armados ou reflexões acerca do conflito ou do papel desses profissionais nessa realidade.

O termo prudente indiferença é utilizado porque os tempos eram muitos difíceis e o fato de se posicionar podia ser perigoso. Além disso, os confrontos armados ocorriam mais frequentemente nos territórios rurais, embora o crescimento das cidades e dos cinturões de pobreza tivessem relação com a migração interna em razão do conflito. O discurso do inimigo interno, a ameaça do comunismo, as inúmeras violações dos direitos humanos e

⁵ Definidos pela Comissão da Verdade (Comisión de la Verdad, 2022c) como: "Consequências emocionais, comportamentais e de pensamento geradas em indivíduos, famílias, comunidades e sociedade durante o conflito. Do ponto de vista psicossocial, esses impactos podem se manifestar por meio de traumas, crises e luto e devem ser abordados como parte da reconstrução do tecido social" (tradução própria).

⁶ Periódico de terapia ocupacional da *Asociación / Colegio Colombiana de Terapia Ocupacional*. Inicialmente, o nome do periódico era *Acción*, mas foi mudado para *Ocupación Humana* em 1987.

o alinhamento do país com os Estados Unidos, entre outros fatores, criavam um ambiente de suspeita, medo e silenciamento (Ahumada, 2007; Marín, 2017).

Por fim, o enfoque biomédico no trabalho com pessoas com deficiência física e mental e a classificação dos programas como técnicos da reabilitação (Rodríguez et al., 2016a; Zapata, 1994) também limitaram e justificaram outras lutas como prioridades para a terapia ocupacional colombiana.

O segundo momento é chamado *despertar lento*. Desde meados da década de 1980, por conta dos atentados terroristas dos carteis do narcotráfico e das migrações internas resultantes do deslocamento forçado, era muito difícil ficar de olhos fechados perante a realidade nas cidades. Em alguns artigos da Revista *Ocupación Humana* já se começava falar da participação de terapeutas ocupacionais como integrantes de equipes interdisciplinares atuando em comunidades vítimas de deslocamento forçado em territórios urbanos (Rodríguez, 1989, 1995; Gómez et al., 1999).

Além disso, começou-se falar em efeitos do conflito armado na saúde mental das pessoas e das comunidades como assunto de interesse e de trabalho para terapeutas ocupacionais (Méndez, 1999; Peñas, 2000; Santacruz, 2006; Tobón, 2004), também se apelou para a profissão responder aos efeitos da violência e à realidade social do país (Caicedo, 1997a, 1997b; González, 2000; Rozo, 2006; Troncoso, 1991).

No final da década de 1990, o trabalho da Patricia Cuéllar é marcante. Ela “participou como terapeuta ocupacional na equipe interdisciplinar que orientou a conversão ocupacional de ex-guerrilheiros sandinistas em membros das forças armadas regulares ou em funcionários estatais ou governamentais” (Cuéllar, 2000, p. 24, tradução própria) na Nicarágua na década de 1980. Depois disso, Patricia voltou para se formar profissionalmente na *Universidad Nacional de Colombia*. Seu trabalho de conclusão de curso foi realizado a partir dessa experiência, para a reinserção de ex-combatentes (Cuéllar, 1999, 2000). Essa proposta surgiu ao tempo que ocorria um processo de paz com as FARC-EP, que terminou, sem sucesso, em 2002⁷.

O Modelo *Desempeño Ocupacional Realizante* (Trujillo, 1995), proposto por um grupo de professoras da *Universidad Nacional de Colombia*, e sua utilização em diferentes campos abriu portas para se adentrar realidades sociais complexas, como a desmobilização de grupos armados ilegais (Cuéllar, 1999, 2000), as reformas neoliberais do Estado e sua influência nos trabalhadores⁸ (Cerón, 1997), entre outras. Inicialmente, essas eram experiências isoladas; porém, com o passar do tempo, foram se espalhando e desafiando conhecimentos.

O recrudescimento da guerra no início do século XXI parece coincidir com uma queda geral, não só na terapia ocupacional, das pesquisas sobre o conflito armado (Fernández & Duarte, 2021). Porém, ao mesmo tempo, a realidade obrigou o Estado a reconhecer as inúmeras violações aos direitos humanos que estavam acontecendo e a exigir que, assim como investia na guerra, desenvolvesse ações para reparar seus danos. Daí surgiram algumas das normativas que permanecem nas bases dos programas institucionais que hoje têm terapeutas ocupacionais em suas equipes de atenção às vítimas⁹.

⁷ Processo conhecido como *El Caguán*, que teve lugar entre 1999 e 2002. Infelizmente, esse processo não só falhou, como o conflito neste período se intensificou (Comisión de la Verdad, 2022b).

⁸ Na *Universidad Nacional*, especialmente, no *Programa de Reorganización del Desempeño Ocupacional*, coordenado pela professora Martha Torres Carvajal, cujo público-alvo foram os trabalhadores demitidos na década de 1990 no “processo de modernização” (reformas neoliberais) do Estado. Esse programa foi o principal referencial da proposta de Cuéllar (1999, 2000).

⁹ Principalmente, a Lei das Vítimas (Lei 1448/2011), bem como as decisões do Tribunal Constitucional no desenvolvimento da referida lei (Congreso de la República de Colombia, 2011).

Nesse cenário, e com uma nova abertura para diálogos de paz com a guerrilha das FARC-EP, no ano 2012, um ambiente de esperança abriu espaço para muitas mobilizações sociais ao redor da construção da paz, do reconhecimento da existência de um conflito, com toda sua complexidade, e das realidades e afetações do conflito na vida das pessoas.

Pesquisas (Albarracín & Contreras, 2107; Fernández, 2019; Fernández y Duarte, 2021; Gómez et al., 2017; Jiménez et al., 2019; Peñas et al., 2015, 2016; Rodríguez et al., 2016b; Satizabal et al., 2021; Uribe et al., 2016), estágios (Larrotta et al., 2015), conversas¹⁰, reflexões (Caballero, 2016; Castillo & Varón, 2016; García, 2019; Melo & García, 2021; Olarte, 2016; Ospina, 2019; Rodríguez, 2016; Rojas, 2017; Rubio, 2016; Talero, 2019), projetos e ações de extensão universitária com a participação de terapeutas ocupacionais (Hernández et al., 2016; Rojas et al., 2020; Universidad del Valle, 2021), contribuições ao trabalho da Comissão da Verdade (Fernández et al., 2021; Jiménez et al., 2020), além do trabalho de terapeutas ocupacionais em cenários políticos (Cerón, 2019), de atenção direta a vítimas (Cerón, 2016; García et al., 2019; Larrotta, 2016; Larrotta et al., 2015; Sepúlveda & Valbuena, 2019), ex-combatentes (Satizabal & Aguilar, 2020), acompanhamento a comunidades (Chasoy, 2016; Vega et al., 2019), entre outros trabalhos e experiências impossíveis de rastrear, é o que chama-se *reconhecimento da responsabilidade ética e política da terapia ocupacional* frente ao conflito armado e suas consequências.

Apesar da queda e retrocesso no cumprimento do acordo de paz nos últimos quatro anos, acredita-se que importantes sementes de consciência social foram plantadas.

Alguns Desafios Atuais

Ainda nesse ambiente de esperança, há um momento muito desafiador. O reconhecimento dos efeitos deste extenso conflito também tem servido para isso.

Por exemplo, o mapa da esquerda na Figura 4 mostra, por meio de cores, os territórios afetados pelo conflito armado entre 1986 e 2015. Todos os territórios foram afetados, mas aqueles em vermelho e rosa sofreram as maiores afetações. Já o mapa da direita mostra a distribuição dos programas de formação de terapeutas ocupacionais no país. Além de serem poucos, apenas doze até o momento, eles estão concentrados em cidades principais e não conseguem atingir os territórios mais afetados pelo conflito.

Embora os dados não sejam precisos, as informações disponíveis mostram que, na distribuição de terapeutas ocupacionais através do país, a situação é parecida com aquela dos programas acadêmicos (Duarte, 2019).

Além da necessidade de expansão acadêmico-profissional e fortalecimento gremial para incidir na política e ocupar o papel de terapeutas ocupacionais na construção da paz na Colômbia, há outros desafios.

Um desses desafios é a compreensão da complexidade do conflito, das suas consequências na vida das pessoas, da construção da paz mesmo como uma maneira renovada de convivência e de reparação do tecido social. Para enfrentá-lo, são necessários aprimoramentos na formação que permitam compreensões e abordagens também complexas, além de práticas reflexivas, diálogos e questionamentos dentro e fora da

¹⁰ No XVI Congresso Colombiano de Terapia Ocupacional, realizado no ano da assinatura dos acordos com as FARC-EP, um dos principais temas foi o cenário de pós-acordo de paz. Ainda em 2016, e depois, em 2019, este foi o tema central das comemorações do dia do terapeuta ocupacional na Colômbia.

Colômbia. Isso é essencial para fortalecer e tensionar a ação profissional quanto às políticas e programas institucionais.

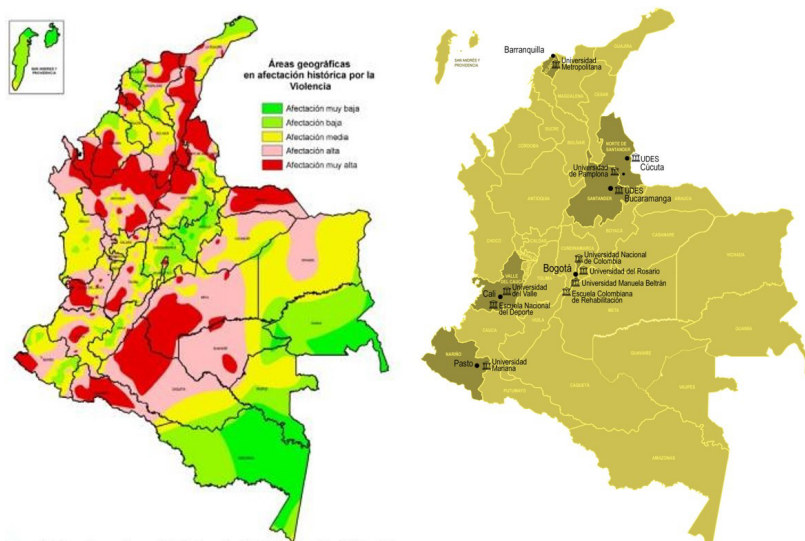


Figura 4. Tipologia de municípios e regiões afetadas pelo conflito armado (1986-2015) versus distribuição espacial dos cursos de graduação em terapia ocupacional na Colômbia.

Fonte: Salas-Salazar, 2016 (esquerda); Duarte, 2019 (direita)¹¹.

Por exemplo, cabe perguntar quais são os propósitos das ações terapêutico-ocupacionais no trabalho com vítimas, comunidades afetadas pela guerra ou ex-combatentes? Em concordância, quais abordagens ou perspectivas são relevantes? As abordagens provavelmente seriam distintas se o que se almeja fosse contribuir para reduzir o impacto psicossocial, facilitar a inclusão (educacional, laboral etc.) ou restaurar/garantir o acesso aos direitos e à cidadania. Com isso, os referenciais teóricos e metodológicos que permitiriam abordar a realização de um ou outro objetivo também seriam diferentes. Essas abordagens não são exclusivas, mas referem-se a formas diferenciadas de atuação profissional.

Outros diálogos e reflexões em torno das implicações éticas das ações com sujeitos ou comunidades afetadas ou com atores envolvidos no conflito são necessários. Eles ecoam questões sobre a fragilidade dos processos de inserção e estabelecimento de laços sociais na atualidade (Souza & Lussi, 2022) e a medicalização da vida social (Malfitano, 2016), bem como sobre os interesses políticos, institucionais e econômicos e os processos de normalização, reprodução do *status quo* ou adaptação que estão na base de algumas intervenções e programas (Galheigo, 2016; Palacios, 2017).

Tudo isso remete às discussões sobre a função social das terapia ocupacionais, que estiveram na base da construção da terapia ocupacional social brasileira (Lopes, 2016). Dada a dimensão do desafio colocado para a construção da paz na Colômbia e assumindo a urgência de resolver, como proposto pelo Acordo de Paz, as causas estruturais que determinaram a persistência do conflito, a questão sobre o papel profissional da terapia ocupacional é relevante e prioritária.

¹¹ O mapa não inclui o programa da *Fundación Universitaria María Cano*, reaberto em 2022, em Medellín.

Agradecimientos

Às organizadoras do V Simpósio Internacional de Terapia Ocupacional Social, pelo convite, todo o carinho recebido no Brasil e, especialmente, pela consideração aos nossos processos na Colômbia. Também às trocas com a colega Yeny Quintero, que atualmente trabalha com jovens ex-combatentes em Bogotá, Colômbia.

Referências

- Ahumada, M. A. (2007). *El enemigo interno en Colombia*. Quito: Abya-Yala.
- Albarracín, L. Á., & Contreras, K. A. (2017). La fuerza de las mujeres: un estudio de las estrategias de resiliencia y la transformación en la ocupación humana de mujeres víctimas del conflicto armado en Colombia. *Revista Ocupación Humana*, 17(1), 25-38. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.154>.
- Caballero, A. C. (2016). La Terapia Ocupacional en la garantía del derecho a la reparación integral de las niñas y los niños víctimas de desplazamiento forzado. In S. Simó, A. Guajardo, F. C. Oliver, S. M. Galheigo & S. García (Eds.), *Terapias ocupacionales desde el sur: derechos humanos, ciudadanía y participación* (pp. 489-504). Santiago de Chile: Usach.
- Caicedo, M. E. (1997a). El terapeuta ocupacional y la rehabilitación en salud mental: “Habría que pensar más en términos de salud que en términos de enfermedad. *Revista Ocupación Humana*, 7(1), 13-20. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.1220>.
- Caicedo, M. E. (1997b). Perfil de formación del futuro profesional terapeuta ocupacional. *Revista Ocupación Humana*, 7(2), 64-68. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.1246>.
- Castillo, J. P., & Varón, V. (2016). Postacuerdo: reflexiones desde el desempeño ocupacional realizante. In C. Duarte (Ed.), *50 años ocupando contextos, transformando vidas. Memorias del XVI Congreso Colombiano de Terapia Ocupacional* (p. 135). Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional. <https://doi.org/10.25214/25393766.congresoXVI>
- Cerón, A. Y. (1997). *Aproximación del programa de reorganización del desempeño ocupacional en mujeres trabajadoras a una perspectiva de género* (Trabajo de conclusão de curso). Universidad Nacional de Colombia, Bogotá.
- Cerón, A. Y. (2016). Conflicto armado y violencia contra las mujeres: una mirada desde la Terapia Ocupacional. In C. Duarte (ed.), *50 años ocupando contextos, transformando vidas. Memorias del XVI Congreso Colombiano de Terapia Ocupacional* (pp. 64-65). Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional. <https://doi.org/10.25214/25393766.congresoXVI>
- Cerón, A. Y. (2019). Entrevista a Ángela Yasmith Cerón Lasprilla. *Revista Ocupación Humana*, 19(2), 120-131. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.869>.
- Chasoy, M. C. (2016). Terapia ocupacional y acompañamiento a familias. In C. Duarte (ed.), *50 años ocupando contextos, transformando vidas. Memorias del XVI Congreso Colombiano de Terapia Ocupacional* (pp. 169-170). Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional. <https://doi.org/10.25214/25393766.congresoXVI>
- Comisión de la Verdad (2022g). *Hay futuro si hay verdad: Informe final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición Tomo 5. Sufrir la guerra y rehacer la vida: impactos, afrontamientos y resistencias*. Bogotá: Comisión de la Verdad.
- Comisión de la Verdad (2022h). *Hay futuro si hay verdad: Informe final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición Tomo 8. No es un mal menor. Niñas, niños y adolescentes en el conflicto armado*. Bogotá: Comisión de la Verdad.
- Comisión de la Verdad (2022i). *Lineamientos técnico-políticos*. Hay futuro si hay verdad. Legado Comisión de la Verdad. Recuperado el 25 de janeiro de 2023, de <https://www.comisiondelaverdad.co/lineamientos-tecnico-politicos>
- Comisión de la Verdad. (2022a). *Desplazamiento Forzado. Trazar las líneas de una geografía del desplazamiento forzado*. Hay futuro si hay verdad. Legado Comisión de la Verdad. Recuperado el 25

- de janeiro de 2023, de <https://www.comisiondelaverdad.co/violacion-derechos-humanos-y-derecho-internacional-humanitario/desplazamiento-forzado>
- Comisión de la Verdad. (2022b). *El Caguán*. Hay futuro si hay verdad. Legado Comisión de la Verdad. Recuperado el 25 de janeiro de 2023, de <https://www.comisiondelaverdad.co/el-caguan>
- Comisión de la Verdad. (2022c). *Glosario*. Recuperado el 25 de janeiro de 2023, de <https://web.comisiondelaverdad.co/transparencia/informacion-de-interes/glosario/impactos-psicosociales>
- Comisión de la Verdad. (2022d). *Hay futuro si hay verdad: Informe final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. Tomo 2. Hallazgos y recomendaciones de la Comisión de la Verdad de Colombia*. Bogotá: Comisión de la Verdad.
- Comisión de la Verdad. (2022e). *Hay futuro si hay verdad: Informe final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. Tomo 3. No matarás. Relato histórico del conflicto armado interno en Colombia*. Bogotá: Comisión de la Verdad.
- Comisión de la Verdad. (2022f). *Hay futuro si hay verdad: Informe final de la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición. Tomo 4. Hasta la guerra tiene límites: violaciones de los derechos humanos, infracciones al derecho internacional humanitario y responsabilidades colectivas*. Bogotá: Comisión de la Verdad.
- Congreso de la República de Colombia. (1997, 26 de diciembre). Ley 418 de 1997. Por la cual se consagran unos instrumentos para la búsqueda de la convivencia, la eficacia de la justicia y se dictan otras disposiciones. *Diario Oficial* n.º 43.201. Recuperado el 25 de janeiro de 2023, de http://www.secretariassenado.gov.co/senado/basedoc/ley_0418_1997.html
- Congreso de la República de Colombia. (2006, 8 de noviembre). Ley 1098 de 2006. Por la cual se expide el Código de la Infancia y la Adolescencia. *Diario Oficial* n.º 46.446. Recuperado el 25 de janeiro de 2023, de http://www.secretariassenado.gov.co/senado/basedoc/ley_1098_2006.html
- Congreso de la República de Colombia. (2011, 10 de junho). Ley 1448 de 2011. Por la cual se dictan medidas de atención, asistencia y reparación integral a las víctimas del conflicto armado interno y se dictan otras disposiciones. *Diario Oficial* n.º 48.096. Recuperado el 25 de janeiro de 2023, de http://www.secretariassenado.gov.co/senado/basedoc/ley_1098_2006.html
- Cuéllar, P. (1999). *De la reinserción al reencuentro: una mirada desde la Terapia Ocupacional* (Trabalho de conclusão de curso). Universidad Nacional de Colombia, Bogotá.
- Cuéllar, P. (2000). Una propuesta de atención sociolaboral para exguerrilleros. *Revista Ocupación Humana*, 8(3), 24-32. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.158>.
- Duarte, C. (2019). Terapia Ocupacional entre culturas: una reflexión desde la diversidad colombiana. *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, (75), 83-89. <https://doi.org/10.1080/14473828.2019.1657758>
- Fajardo, D. (2015). *Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana*. Espacio Crítico.
- Fernández, A. (2019). Conflicto armado en Colombia: aproximaciones desde la Revista Ocupación Humana, 1999 a 2019. *Revista Ocupación Humana*, 19(2), 8-24. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.833>.
- Fernández, A., & Duarte, C. (2021). Discapacidad y conflicto armado: aproximaciones desde la Universidad Nacional de Colombia. In A. Fernández, C. Duarte & D. Munévar (Eds.), *Discapacidad, conflicto armado y construcción de paz* (pp. 51-79). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Fernández, A., Duarte, C., & Munévar, D. I. (Eds.). (2021). *Discapacidad, conflicto armado y construcción de paz*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Galheigo, S. M. (2016). Terapia ocupacional social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber y prática. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Orgs.), *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 49-68). São Carlos: EdUFSCar
- García, S. (2019). Algunas reflexiones bogotanas sobre el conflicto armado colombiano. *Revista Ocupación Humana*, 19(2), 38-50. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.864>.

- García, S., Moreno, J. A., & Puerto, Y. A. (2019). Bailando, pintando y escribiendo: aportes de la Terapia Ocupacional a la reconciliación. *World Federation of Occupational Therapists Bulletin*, 75(2), 94-97. <https://doi.org/10.1080/14473828.2019.1647977>
- Gómez, A. M., Peñas, O. L., & Parra, E. I. (2017). Experiencias de terapia ocupacional para la paz: aportes desde las regiones colombianas. *Revista de Salud Pública (Bogotá, Colombia)*, 19(5), 664-670. <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.V19n5.6248>.
- Gómez, M., Torres, S. E., & Rodríguez, M. T. (1999). Caracterización del comportamiento ocupacional de personas desplazadas por la violencia. *Revista Ocupación Humana*, 8(2), 13-31. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.483>.
- González, F. (2016). *Poder y violencia en Colombia*. Bogotá: Odecofi/Cinep.
- González, M. (2000). Editorial. *Revista Ocupación Humana*, 8(4), 9. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.516>.
- Grupo de Memoria Histórica. (2013). *Informe general. ¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad*. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica.
- Hernández, M. A., Pulido, M. A., Olivera, J. P., & Ramírez, J. K. (2016). Cultivando sueños, sembrando esperanzas. In C. Duarte (ed.), *50 años ocupando contextos, transformando vidas. Memorias del XVI Congreso Colombiano de Terapia Ocupacional* (p. 32). Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional. <https://doi.org/10.25214/25393766.congresoXVI>
- Jiménez, N. A., Rojas, C. P., Tunjo, M. L., Navas, A., & Ospina, A. (2020). *Documento Comisión de la Verdad. Afectaciones profesionales por el conflicto armado colombiano. Relatos ocupacionales*. Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional.
- Jiménez, N. A., Tunjo, M. L., Espitia, E. J., Pinzón, J. J., & Ramírez, L. M. (2019). Transformaciones ocupacionales en la implementación del acuerdo de paz en un espacio territorial de capacitación y reincorporación para excombatientes: un estudio de caso. *Revista Ocupación Humana*, 19(2), 51-72. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.23>.
- Larrotta, Ó. J. (2016). Terapia Ocupacional en ambientes de formación musical: una experiencia dignificante para niños, niñas y adolescentes con discapacidad, víctimas del conflicto armado en Colombia. In C. Duarte (ed.), *50 años ocupando contextos, transformando vidas. Memorias del XVI Congreso Colombiano de Terapia Ocupacional* (p. 134). Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional. <https://doi.org/10.25214/25393766.congresoXVI>
- Larrotta, Ó. J., Castro, E. S., Aguía, K., Navas, M. C., & Ruiz, M. M. (2015). *Estrategias de enseñanza aprendizaje en ambientes musicales. Enfoque para niños, niñas y adolescentes con discapacidad víctimas del conflicto armado colombiano*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario.
- Lopes, R. E. (2016). Ciudadanía, direitos e terapia ocupacional social. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Orgs.), *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 29-48). São Carlos: EdUFSCar.
- Malfitano, A. P. S. (2016). Contexto social y atuação social. Generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Orgs.), *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 117-33). São Carlos: EdUFSCar.
- Marín, M. P. (2017). Las violaciones de derechos humanos en Colombia durante los años 80 del siglo XX: acercamiento a su comprensión histórica desde la degradación y el fortalecimiento de la defensa. *Anuario de Historia Regional y de las Fronteras (Bucaramanga)*, 22(1), 113-135. <http://dx.doi.org/10.18273/revanu.v22n1-2017005>.
- Melo, C., & García, S. (2021). Recreando vidas en el Wayco. In A. Fernández, C. Duarte & D. Munévar (Eds.), *Discapacidad, conflicto armado y construcción de paz* (pp. 157-170). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Méndez, J. A. (1999). La promoción de la salud y la prevención de la enfermedad un reto para terapia ocupacional. *Revista Ocupación Humana*, 8(2), 49-54. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.506>.
- Olarte, Y. A. (2016). Arte y ocupación: intervención psicosocial para la curación simbólica y la reconstrucción de tejido social en Colombia. In C. Duarte (ed.), *50 años ocupando contextos, transformando vidas. Memorias del XVI Congreso Colombiano de Terapia Ocupacional* (p. 133). Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional. <https://doi.org/10.25214/25393766.congresoXVI>

- Ospina, A. J. (2019). Terapia Ocupacional en el tiempo histórico del Acuerdo de Paz: posibilidades y retos para ampliar nuestros campos de acción. *Revista Ocupación Humana*, 19(2), 25-37. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.863>.
- Palacios, M. (2017). Reflexiones sobre las prácticas comunitarias: aproximación a una Terapia Ocupacional del Sur. *Revista Ocupación Humana*, 17(1), 73-88. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.157>.
- Peñas, O. L. (2000). La salud mental en Colombia: una revisión de su situación. *Revista Ocupación Humana*, 8(3), 55-69. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.513>.
- Peñas, O. L., Gómez, A. M., & Parra, E. I. (2015). Participación de terapia ocupacional en contextos de conflicto armado y postconflicto. *Revista de Salud Pública (Bogotá, Colombia)*, 17(4), 612-625. <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v17n4.53047>.
- Peñas, O. L., Gómez, A. M., Parra, E. I., Rivera, C. J., & Ovalle, C. M. (2016). Terapia ocupacional en la normatividad colombiana relacionada con conflicto armado. *Revista de la Facultad de Medicina*, 64(4), 707-714. <http://dx.doi.org/10.15446/revfacmed.v64n4.53446>.
- Rodríguez, L., Camargo, N., & Escobar, X. (2016a). Terapia Ocupacional: una perspectiva histórica desde la Universidad Nacional de Colombia (1966-1989). *Revista Ocupación Humana*, 16(2), 26-45. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.132>.
- Rodríguez, M. (2016). Repensar la ocupación desde la perspectiva de la cultura en los retos del post-acuerdo. In C. Duarte (ed.), *50 años ocupando contextos, transformando vidas. Memorias del XVI Congreso Colombiano de Terapia Ocupacional* (pp. 128-129). Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional. <https://doi.org/10.25214/25393766.congresoXVI>
- Rodríguez, M. T. (1989). Competencias ocupacionales y desarrollo comunitario: un modelo operativo. *Revista Ocupación Humana*, 3(1), 45-58.
- Rodríguez, M. T. (1995). Estrategias de apoyo social a la tercera edad. *Revista Ocupación Humana*, 6(2), 39-48.
- Rodríguez, P. A., Rivera, C. J., Bermúdez, M. A., Cetina, K. T., Cubillos, C. H., Gómez, C. L., Gutiérrez, E. N., Medina, K. D., Moreno, J. A., Ovalle, C. M., Gómez, A. M., & Peñas, O. L. (2016b). Terapia Ocupacional en tiempos de paz: escenarios profesionales y propuestas de actuación en conflictos armados y postconflicto. In C. Duarte (ed.), *50 años ocupando contextos, transformando vidas. Memorias del XVI Congreso Colombiano de Terapia Ocupacional* (pp. 66-67). Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional. <https://doi.org/10.25214/25393766.congresoXVI>
- Rojas, C. P. (2017). Terapia Ocupacional en el posacuerdo. Retos para una profesión que se transforma. *Revista Ocupación Humana*, 17(1), 3-6. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.150>.
- Rojas, C. P., Sánchez, P. A., Ramos, L. D., & Herrera, D. G. (2020). Terapia Ocupacional en la ruralidad: una experiencia en La Macarena, Meta. *Revista Ocupación Humana*, 19(2), 86-102. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.866>.
- Rozo, C. M. (2006). Editorial. *Revista Ocupación Humana*, 11(3-4), 1-3. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.79>.
- Rubio, S. X. (2016). Para una práctica basada en la ocupación en el actual contexto colombiano. In C. Duarte (ed.), *50 años ocupando contextos, transformando vidas. Memorias del XVI Congreso Colombiano de Terapia Ocupacional* (pp. 130-131). Bogotá: Colegio Colombiano de Terapia Ocupacional. <https://doi.org/10.25214/25393766.congresoXVI>
- Salas-Salazar, L. G. (2016). Conflicto armado y configuración territorial: elementos para la consolidación de la paz en Colombia. *Bitácora Urbano Territorial*, 26(2), 45-57. <http://dx.doi.org/10.15446/bitacora.v26n2.5760>.
- Sánchez, G. (2001). *Memorias de un país en guerra*. Bogotá: Planeta.
- Santacruz, M. L. (2006). Calidad de vida, un reto para el terapeuta ocupacional en salud mental comunitaria. *Revista Ocupación Humana*, 11(3 y 4), 33-50. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.86>.
- Satizabal, M., & Aguilar, A. (2020). Aportes desde la universidad pública a la construcción de paz: prácticas formativas de Terapia Ocupacional y Fonoaudiología con un grupo de personas en proceso de reincorporación en Cali, Colombia. *Revista Ocupación Humana*, 19(2), 73-85. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.865>.

- Satizabal, M., Pava, N. A., & Guerrero, B. E. (2021). Revisión documental crítica sobre conflicto armado y discapacidad: ¿una relación realmente visible? In A. Fernández, C. Duarte & D. Munévar (eds.), *Discapacidad, conflicto armado y construcción de paz* (pp. 81-112). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Sepúlveda, E. I., & Valbuena, A. M. (2019). Logros y retos de la atención integral de personas con discapacidad víctimas del conflicto armado: aprendizajes de un proyecto de cooperación. *Revista Ocupación Humana*, 19(2), 103-119. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.867>.
- Souza, M. B. C. A., & Lussi, I. A. O. (2022). Terapia Ocupacional e trabalho informal: reflexões para a prática. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30, e2901. <http://dx.doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO21902901>.
- Talero, P. (2019). El posconflicto como punto de encuentro para las transformaciones ocupacionales en Colombia. *Revista Ocupación Humana*, 19(2), 3-7. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.862>.
- Tobón, M. (2004). Una postura ética para la paz: más allá del quehacer profesional. *Revista Ocupación Humana*, 10(3-4), 43-60. <http://dx.doi.org/10.25214/25907816.213>.
- Troncoso, G. L. (1991). Compromiso del estudiante de terapia ocupacional frente a la problemática nacional. *Revista Ocupación Humana*, 4(2), 41-43.
- Trujillo, A. (1995). Desempeño ocupacional realizante: un modelo sobre propósitos de la terapia ocupacional. *Revista Ocupación Humana*, 6(2), 11-22.
- Unidad para la Atención y Reparación Integral a las Víctimas – UARIV. (2022, 10 de noviembre). *Víctimas conflicto armado*. Unidad para las Víctimas. Recuperado el 25 de janeiro de 2023, de <https://www.unidadvictimas.gov.co/es/registro-unico-de-victimas-ruv/37394>
- Universidad del Valle (2021). *Programa Institucional de Paz / Instituto de Investigación e Intervención para la Paz*. Universidad del Valle. Recuperado el 25 de janeiro de 2023, de <http://programapaz.univalle.edu.co/acerca-de/16-acerca-de/1-home>
- Uribe, J. J., Rubio, S. X., Rojas, C. P., & Méndez, J. (2016). Salvar a los muchachos: ocupación humana en Bogotá. In S. Simó, A. Guajardo, F. C. Oliver, S. M. Galheigo & S. García (eds.), *Terapias ocupacionales desde el sur. Derechos humanos, ciudadanía y participación* (pp. 471-487). Santiago de Chile: USACH.
- Vega, R. R., Rojas, C. P., & Bedoya, I. C. (2019). *Salud sin fronteras - Plan comunitario de salud rural*. Bogotá: Universidad Javeriana, Universidad Nacional de Colombia, Universidad de la Salle.
- Zapata, M. V. (1994). Orientación en la formación universitaria de terapeutas ocupacionales em Colombia. In Grupo Ocupación y Realización Humana (Eds.), *Terapia Ocupacional y Universidad* (pp. 11-18). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

Fonte de Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Autora para correspondência

Clara Duarte Cuervo
e-mail: clara.duarte@estudante.ufscar.br

Editora convidada

Profa. Dra. Rosângela Gomes da Mota de Souza